
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALINE HITOMI MARCONDES DE ABREU

**A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL
POR MEIO DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS:
OS ODS COMO PLANO DE AÇÃO**



Rio Claro
2020

ALINE HITOMI MARCONDES DE ABREU

A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL POR MEIO
DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: OS ODS COMO PLANO DE
AÇÃO

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Antonia Ramos de
Azevedo

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Abdalla Barros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Rio Claro
2020

A162c

Abreu, Aline Hitomi Marcondes de

A construção de uma cultura sustentável por meio das instituições educativas : os ODS como plano de ação / Aline Hitomi Marcondes de Abreu. -- Rio Claro, 2020

50 f. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientadora: Maria Antonia Ramos de Azevedo

Coorientadora: Ricardo Abdalla Barros

1. Agenda 2030. 2. Instituições Educativas. 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho à minha avó,
Yoshiko Ikeda. Luz da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha avó, Yoshiko Ikeda, que apesar de suas poucas oportunidades de estudo durante a vida, reconhece e incentiva o meu crescimento enquanto estudante. Sem ela, nada seria possível.

À minha irmã, Bruna Ikeda, e a minha tia, Regina Ikeda, que me apoiam e me “puxam as orelhas” quando necessário. Sou feliz por ter vocês em minha vida.

Ao Renan Teixeira de Souza, pelo carinho, paciência e amor. Você é incrível.

Às minhas colegas de sala, Aline Dias Tomazini, Lara Cristina de Oliveira, Beatriz Colpani Madeira e Gabriela de Oliveira, pelo desafio e apoio conjunto, durante toda a graduação.

Ao colega de trabalho, Lino Fernando Gomes de Lima, por me orientar e me incentivar a dar o primeiro passo como pesquisadora.

Aos companheiros da Soka Gakkai internacional, que me permitiram sonhar e acreditar em uma educação mais humanística.

Ao Colégio Ethos Mundo Encantado, que me formaram para a sustentabilidade e ampliaram minha visão sobre o mundo.

Ao meu professor e co-orientador Ricardo Abdalla Barros, pela paciência e dedicação em meu trabalho de pesquisa.

À minha orientadora Maria Antonia Ramos de Azevedo, por acreditar em meu trabalho de pesquisa.

E, por fim, agradeço à Universidade Estadual Paulista (UNESP) do Câmpus de Rio Claro, pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

“Não faz mal que seja pouco, o que importa é que o avanço de hoje seja maior que o de ontem. Que nossos passos de amanhã sejam mais largos que os de hoje.”

Daisaku Ikeda

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a produção científica desenvolvida a partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Educação, buscando compreender o papel dos ODS para a construção de uma Cultura Sustentável e o potencial das instituições educativas frente à implementação e propagação da Agenda 2030. Nesse sentido, foi realizado um levantamento de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, através do banco de dados bibliográficos SciELO e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de forma a coletar e analisar o progresso dos estudos sobre a Agenda 2030 e as ODS na Educação. Foram localizados 40 artigos, dos quais apenas 3 trazem contribuições sobre os ODS nas instituições educativas. Assim, produziu-se uma pesquisa bibliográfica através da análise de conteúdo, com caráter qualitativo e exploratório que apontam para a importância da educação na construção de uma sociedade sustentável, baseada nos princípios da Agenda 2030; e a necessidade de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade.

Palavras-chave: Agenda 2030; Instituições Educativas; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CONCEITOS.....	10
1.1 Desenvolvimento Sustentável.....	15
1.2 Agenda 2030 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	19
1.3 Instituições Educativas – uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	21
2. METODOLOGIA.....	24
2.1 Portal de Periódicos CAPES.....	27
2.2 Biblioteca eletrônica SciELO.....	28
3. ANÁLISE DOS ARTIGOS E DISCUSSÃO.....	30
3.1 Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	32
3.2 Educação de Qualidade (ODS4).....	34
3.3 Educação para uma Cultura de Paz.....	36
3.4 O contexto educacional brasileiro.....	37
3.5 Desafios e possibilidades para as instituições educativas.....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

A partir do 5º semestre de graduação, obtive a oportunidade de atuar como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil em um colégio localizado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste. Este colégio, diferentemente dos outros que percorri, possui como identidade a sustentabilidade, apresentando-se como colaborador da Agenda 2030. Assim, durante minha trajetória neste colégio, além de engajar-me em ações rumo ao Desenvolvimento Sustentável, pude compartilhar, conscientizar e dotar, parte da comunidade escolar através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Para a realização destas ações, iniciei estudos e reflexões acerca do Desenvolvimento Sustentável que me permitiram perceber a relevância do tema para o cenário atual, marcado por desigualdades, degradação do meio ambiente, violação dos direitos humanos, consumo exacerbado, e entre outros aspectos. Da mesma forma, pude perceber o impacto que as instituições educativas resultam e o alcance que possuem, englobando não apenas os alunos, mas todas as famílias, funcionários e comunidade. Ademais, não poderia as instituições educativas atuarem de forma distinta a estes objetivos, considerando a responsabilidade de formação em que essas instituições possuem.

Nessa perspectiva, considerando a relevância e o significado do Desenvolvimento Sustentável em minha experiência pessoal e profissional, que me permitiram contemplar o meio ambiente e repensar os hábitos contemporâneos, realizei uma pesquisa no campo da Educação, analisando o papel dos ODS da Agenda 2030 para a construção de uma Cultura Sustentável por meio das instituições educativas, de forma a colaborar com os estudos sobre Educação Sustentável.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o progresso dos estudos sobre a Agenda 2030 e dos ODS na Educação, sistematizando a produção científica sobre o tema. Assim, foi realizado uma busca de artigos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no banco de dados bibliográficos SciELO, para coleta de análises e contribuições já existentes, refletindo e discutindo a temática. Portanto, neste estudo realizei uma pesquisa de natureza qualitativa, através de levantamento e análise bibliográfica.

No primeiro capítulo, abordarei acerca dos conceitos utilizados durante este estudo, sendo eles: o Desenvolvimento Sustentável; os 17 Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030; e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, desse modo, apresento e correlaciono-os, permitindo uma melhor compreensão dos capítulos subsequentes. Pensar sobre o Desenvolvimento Sustentável é repensar o presente e o futuro, considerando as ações atuais e zelando pelas gerações futuras, tal percepção tornou-se cada vez mais impreterível, visto que o caminho percorrido pela sociedade contemporânea demonstra preocupantes consequências. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU), através dos diversos movimentos e documentos desenvolvidos, expressa grande preocupação e persistência, alertando a urgente necessidade de um novo percurso em sentido a sustentabilidade. Consequentemente, torna-se imprescindível um novo olhar para o contexto educacional que, em harmonia com o caminhar global, deve ser repensada e direcionada a formação sustentável. Nesse sentido, a Agenda 2030, além de trazer a educação como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também sugere que essa seja a ferramenta engajadora para todos os outros objetivos e metas.

No segundo capítulo, apresento o processo metodológico utilizado nesse estudo, sendo ele, uma pesquisa bibliográfica de análise de conteúdo, de caráter qualitativo e exploratório. Assim, através de tabelas, demonstro os resultados encontrados a partir das plataformas de pesquisa, e que curiosamente evidenciam o escasso progresso de estudos sobre o tema.

No terceiro capítulo, realizo um diálogo entre os artigos selecionados, analisando, relacionando e debatendo sobre as contribuições de cada autor, através de cinco categorias que emergiram após a seleção e estudo das pesquisas, divididos em Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Educação de Qualidade (ODS 4); Educação para uma Cultura de Paz; o contexto educacional brasileiro; e os desafios e possibilidades para as instituições educativas.

Por fim, no quarto capítulo, finalizo com algumas contribuições sobre o trabalho desenvolvido.

1. CONCEITOS

Segundo Santos (2008), graças ao desenvolvimento científico e a revolução tecnológica, é possível vivenciar um mundo cada vez mais conectado, informações e dados de um extremo são facilmente compartilhados para outra extremidade, pessoas de todas as nacionalidades se aproximaram e o grande fluxo de informações permitiu que os indivíduos estivessem em todos os lugares ao mesmo tempo, dessa forma, unificando o espaço e tempo de maneira global. “A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros” (SANTOS, 2008, p. 26). Este é um dos processos advindos da globalização, assim como a ampliação do acesso a diferentes bens e serviços globais, a viabilidade de relações econômicas internacionais e a integração de diferentes culturas e conhecimentos, dessa maneira, aumentando as oportunidades políticas, econômicas e sociais.

Em contrapartida, o desenvolvimento da globalização conduziu a formação de um novo cenário de mercado, sendo este, composto por grandes empresas globais que, de caráter ditatorial, determinam a conduta de toda uma nação (SANTOS, 2000). Tais empresas colocam a população a vontade das ordens do mercado, mesmo que opressor e inumano, gerando a concepção de que o desemprego e a pobreza são estruturais e não há alternativas, essa “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2008, p.18). Sendo assim, apesar dos avanços provenientes dos processos de globalização, outras adversidades surgiram em decorrência do mesmo.

De acordo com Freitas (2005), o mundo atual apresenta-se abalado devido a seus efeitos advindos dos processos de globalização capitalista, aspectos como, o progressivo esgotamento dos recursos, a redução da biodiversidade e as desadequadas alterações climáticas, são algumas das consequências procedentes de uma sociedade globalizada. Entretanto, as implicações deste movimento são ainda maiores, não se restringindo apenas aos efeitos ambientais, como também, no âmbito social e econômico.

Para Antunes (2002), essa globalização capitalista, pela perspectiva social e humana, ao invés de tornar o planeta um sistema globalizado dividiu-o entre globalizadores e globalizados, fragmentando a sociedade.

Cada vez mais, a naturalização da pobreza, a legitimação da ética do mercado, a fome, a miséria, a violência urbana, o controle de territórios inteiros pelo crime organizado, o aumento do terrorismo, a destruição da natureza e a exclusão têm sido características marcantes dos dias atuais. A lógica agressiva e desumana do mercado remete populações inteiras para além da desigualdade, ou seja, para a exclusão pura e simples dos direitos elementares do ser humano ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação (ANTUNES, 2002, p. 35).

Nesse sentido, o comércio e os investimentos privados, ao colaborar na economia dos países, tornam-se “salvadoras” pelos seus aportes de empregos, assim, manipulam ideologicamente o corpo social através de uma narrativa autoritária, que não pode ser questionada, e determinam a “nova ordem mundial”. Desse modo, “reforçando as relações assimétricas de poder e as desigualdades sociais no mundo globalizado” (ANTUNES, 2002, p. 33).

Frente a esse cenário, em novembro de 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, lançou uma agenda com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, rumo à 2030. Com o objetivo de, através de um plano de ação, determinar um novo curso global em vista de promover a prosperidade e o bem-estar, erradicar a pobreza e proteger o meio ambiente.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Internet

Apesar da implementação dessa agenda marcar o ano de 2015, a idealização e o debate acerca do Desenvolvimento Sustentável não é recente. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável basearam-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotada por estados-membros no ano de 2000 e que, por sua vez, foi idealizada com o objetivo de redução da extrema pobreza. Neste plano, surgiram oito objetivos globais¹ de políticas para o desenvolvimento, de forma a orientar a governança durante quinze anos. De fato, este movimento foi de extrema importância para que os países pudessem enfrentar os desafios sociais do início do século XXI. Entretanto, ao passar desses quinze anos, foi possível observar a necessidade de novos objetivos, mais amplos e inclusivos, de maneira a não deixar ninguém para trás. Surge, então, a Agenda 2030, a nova agenda de desenvolvimento pós-2015, e diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foram construídos por muitas mãos, com colaboradores de diversos países, e além disso, contemplando as dimensões econômica, social e ambiental, com

¹1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino primário universal; 3. Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

dezessete objetivos bem estruturados e cento e sessenta e nove metas. Dessa forma,

A nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável não trata só de combater a fome e a pobreza nos países menos desenvolvidos como na Agenda do Desenvolvimento do Milênio. Esse compromisso é certamente importante e ainda está inconcluso em várias partes do mundo, mas a Agenda ODS busca ampliar a seguridade e a proteção social à população, reduzir a desigualdade e criar oportunidades de trabalho decente. [...] Enfim, trata-se de um alargamento da agenda de desenvolvimento, uma ruptura com concepções minimalistas de políticas públicas e de regulação econômica (RUEDIGER, JANUZZI, 2018, p. 11).

Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são integrados e indivisíveis, e representam o eixo central da Agenda 2030, isto porque, para caminhar rumo ao Desenvolvimento Sustentável torna-se necessário um olhar integral para as complexidades da sustentabilidade, não limitando-se apenas às questões ambientais, mas compreendendo os impactos sociais e econômicos como parte do obstáculo. Além disso, são universalmente aplicáveis, procuram incluir todos os países e necessitam de cooperação global e regional, servindo “como guia para alinhar os planos dos países aos seus compromissos globais” (PNUD, 2016), contudo, cada país deve considerar suas realidades e prioridades para a implementação local, ou seja, cabe ao governo elaborar seus próprios planos e metas como estratégia de execução.

Estes objetivos são direcionados para todas as pessoas em todos os países, mas apesar de sua relevância para o desenvolvimento do cenário mundial, a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável pouco vem se propagando pelas comunidades, restringindo-se aos grupos socioeconômicos de maior escolaridade e renda. Torna-se necessário, conseqüentemente, estratégias para a mobilização de diferentes grupos para a inclusão e consolidação desta agenda, nesse sentido, acolhendo todas as pontas da sociedade, visto que sem a conscientização e participação de todos, a concretização desses objetivos não ocorrerá.

Dessa forma, é de responsabilidade de todos, seja o governo, o setor privado e a sociedade civil, o compromisso e a colaboração com o progresso desses objetivos, entretanto, para caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável é necessário que todas as pessoas estejam engajadas e conscientes (UNESCO, 2017).

Embarcar no caminho do desenvolvimento sustentável exigirá uma profunda transformação na forma como pensamos e agimos. Para criar um mundo mais sustentável e engajar-se com questões relacionadas à sustentabilidade, como descrito nos ODS, os indivíduos devem se tornar agentes de mudança direcionada à sustentabilidade. Eles precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A educação, portanto, é crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2017, p. 7).

Nessa perspectiva, a educação é fundamental para que haja o desenvolvimento das metas e objetivos estipulados, e as instituições educativas se manifestam como um grande meio possibilitador para a conscientização e propagação dos ODS. No entanto, “nem todos os tipos de educação apoiam o desenvolvimento sustentável. A educação que promove o econômico por si só pode também levar a um aumento de padrões de consumo insustentáveis” (UNESCO, 2017, p.7). Assim sendo, a aprendizagem para o Desenvolvimento Sustentável contempla uma pedagogia que estimule indivíduos a desempenhar ações conscientes, direcionada a resolução de problemas, a participação e colaboração, a autonomia, e entre outros aspectos da Agenda, de forma inter e transdisciplinar (UNESCO, 2017).

A Educação de Qualidade apresenta-se como o quarto objetivo para o Desenvolvimento Sustentável, visando assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos e ampliar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Para atingir este objetivo, foram definidas dez metas de modo a garantir que meninos e meninas concluam o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade até 2030, além de eliminar as disparidades de gênero e assegurar a igualdade de acesso à todos os níveis de educação e formação profissional, incluindo pessoas com deficiências, povos indígenas e pessoas em situações de vulnerabilidade.

Esse objetivo também engloba a disseminação de conteúdos relacionados à sustentabilidade, questões envolvendo a infraestrutura da escola, a oferta de recursos e boas condições de trabalho para os professores. Portanto, a Educação de Qualidade (ODS 4) não poderia existir de forma isolada, mas necessita do caminhar de todos os outros ODS como, Igualdade de Gênero (ODS 5) e Redução das Desigualdades (ODS 10) para oferecer uma educação igualitária e inclusiva, Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) para garantir boas condições

de trabalho aos professores e demais funcionários e Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9) para assegurar um local adequado de trabalho e estudo. A UNESCO aponta que “a educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS. Não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento sustentável, mas também um fator fundamental para a sua consecução” (UNESCO, 2017, p.1), nesse sentido, se por um lado a Educação de Qualidade (ODS 4) necessita do progresso de todos os outros ODS para a sua realização, por outro, é ela a responsável por impulsioná-los ao desenvolvimento.

1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com o Relatório Brundtland, um documento formulado pelas Nações Unidas e intitulado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), publicado em 1987, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável possui a finalidade de caminhar rumo ao desenvolvimento da sociedade, sem excluir e ignorar os impactos sobre o meio ambiente, mas considerando-os e buscando harmonizá-los, assim, refletindo um desenvolvimento integral que, diferentemente dos modelos industrializados e voltados para o consumo exacerbado, repensa sua exploração sobre a natureza. Mais adiante, o Relatório Brundtland encerra suas considerações reforçando o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), dessa maneira, concluindo e declarando um acordo entre gerações.

O conceito de desenvolvimento sustentável declarado pelas Nações Unidas em 1988, apresenta um firme e explícito significado, que substancialmente colaborou para a atual compreensão sobre o tema, entretanto, os processos

percorridos até a atual compreensão demonstram grandes enfrentamento, sendo eles, iniciados na década de 60. Com a forte degradação do meio ambiente advinda da formação de uma nova sociedade globalizada e industrializada, manifestaram-se grandes discussões e protestos em busca da proteção do planeta. O movimento de tal oposição estimulou a Organização das Nações Unidas (ONU) a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), que sugestivamente recomendou a desaceleração do processo industrial nos países desenvolvidos, e também, do crescimento populacional em países subdesenvolvidos. A Conferência em Estocolmo representa um grande ponto de partida para a proteção do meio ambiente, resultando em novos engajamentos e políticas ambientais, Mazzuoli (2004) afirma que “antes da Conferência de Estocolmo, o meio ambiente era tratado, em plano mundial, como algo dissociado da humanidade” (MAZZUOLI, 2004, p.168), isto porque, a compreensão era de que o homem deveria dominar a natureza, refletindo na exploração desordenada dos recursos naturais, desse modo, através dessa Conferência o comportamento mundial transformou-se rumo à proteção ambiental.

Em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) publicou um importante documento intitulado Our Common Future, também conhecido como Relatório Brundtland, onde iniciou o uso da expressão “desenvolvimento sustentável”, nesse relatório, uma significativa compreensão emergiu, sendo ela, o entendimento de que o desenvolvimento sustentável está essencialmente relacionada com os componentes econômicos, sociais e ambientais.

A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 4).

Apesar da importante ação sobre o desenvolvimento sustentável em 1987, seu verdadeiro reconhecimento e avanço se deu em 1992, com uma nova Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, realizada 20 anos após a Conferência de Estocolmo. Assim, em 1992, a ONU desenvolveu no Brasil a maior conferência

sobre o meio ambiente desde Estocolmo, reunindo delegações de 175 países e resultando em três convenções, uma Declaração de Princípios e na Agenda 21. Nessa ocasião, o conceito de desenvolvimento sustentável divulgado em 1987, ganha verdadeira notoriedade, ao mesmo tempo em que passa a ser questionada.

Assim, a partir de 1987, com a aplicação do termo “desenvolvimento sustentável”, diversas concepções e vertentes manifestaram-se em busca de um significado mais satisfatório, apesar do grande interesse pelo tema e de novas discussões sobre a expressão, eleva-se também, a carência de ações práticas devido à ampla compreensão, pois “as diferentes noções de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento, dificultam a realização de uma interpretação prática dos objetivos políticos formulados em torno da proposta de desenvolvimento sustentável” (CHAVES; RODRIGUES, 2006, p. 101-102).

A título de exemplo, Sachs (2002) além das três dimensões geralmente utilizadas, como a econômica, social e ambiental, acrescenta também, as dimensões: geográfica, cultural, psicológica, política nacional e internacional, totalizando assim, oito dimensões. Isto porque, de acordo com o autor, para atingir o desenvolvimento sustentável torna-se necessário harmonizar todas as principais dimensões da sociedade, sendo a dimensão social responsável pela homogeneidade social; a cultural pelo equilíbrio, tradição e inovação de projetos nacionais; a ambiental pelo respeito aos ecossistemas naturais; a geográfica pela preservação do capital natural; a econômica pelo equilíbrio econômico entre setores; a política nacional pela democracia e implantação de projetos; e a política internacional pela gestão financeira, cultural, científica e tecnológica. Mesmo assim, há a compreensão de que os critérios abordados por cada dimensão não são claros e, até mesmo, se confrontam.

A definição mais reconhecida sobre o termo “desenvolvimento sustentável”, é ainda, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), desenvolvida em 1987, no Relatório Brundtland. Assim, como analisado por Montibeller (1993),

É desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a

evolução dos valores sócio-culturais com a rejeição de todo processo que leva à deculturação. É sustentável, porque deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas (MONTIBELLER, 1993, p. 135).

Ainda assim, a definição genérica do termo motiva diversas dúvidas, pois a não especificidade da palavra “necessidades” cria uma ampla escala de interesses que perpassa pelas classes sociais, sendo assim, tais necessidades devem ser especificadas e determinadas socialmente. Além disso, há o questionamento sobre o sentido de “necessidades futuras”, visto que tais necessidades não são estáticas, mas transformam-se historicamente.

Dessa maneira,

Mesmo que essa definição apresente uma aceitabilidade significativa, ela carece de critérios e de consenso para definir o que é “não comprometer a capacidade de gerações futuras”, visto que aquilo que é primordial para as gerações presentes pode não ser tamanha relevância para as gerações atuais. Enfim, distinguir o que seria sustentável e o que seria não sustentável é o desafio posto nos debates em torno do assunto (STOFFEL; COLOGNESE, 2015, p. 21).

Em suma, ainda que o conceito de Desenvolvimento Sustentável provoque diversas interpretações e questionamentos, torna-se evidente a relevância dos diversos documentais e conferências desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para o avanço da atual compreensão sobre o termo. Completando, assim como afirma Andrade (2017),

[...] o avanço no conceito de desenvolvimento sustentável é notável principalmente quando se toma como ponto de partida a Conferência Rio 92. De uma perspectiva que dava primazia às questões ambientais, a noção de sustentabilidade passou a expandir e a integrar cada vez mais as outras dimensões do desenvolvimento. Todos os eventos que ocorreram na ONU e, em particular, os documentos que resultaram desses eventos; foram fundamentais para que esse conceito evoluísse ao longo do tempo. Embora não tenham força vinculativa, esses “acordos” fizeram com que os valores atribuídos ao desenvolvimento sustentável ganhassem maior visibilidade e reconhecimento, não apenas no cenário internacional, como também nos níveis nacional e local (ANDRADE, 2017, p. 31-32).

1.2 AGENDA 2030 – OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015, países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) reuniram-se, em Nova York, em busca de um novo plano de ação que guiaria o futuro da humanidade e do planeta pelos próximos quinze anos, em meio à esse cenário, origina-se a Agenda 2030.

A Agenda 2030 é “um plano de ação para pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020), instituída como uma declaração global, formulada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas universais e monitorado por 232 indicadores globais. Assim, foi implementada no ano de 2016, por 163 países, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, através da erradicação da pobreza, da vida digna e da proteção ambiental.

Para que a atual compreensão, ambição e abordagem desta agenda, atendesse às necessidades globais, tornou-se fundamental um longo processo de movimentação, desenvolvido a partir dos caminhos traçados pelo desenvolvimento sustentável. Dessa forma, em 1992, na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, manifestou-se a primeira projeção para a Agenda 2030, através da Agenda 21, sendo essa “a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020), a partir disso, iniciou-se a busca pela implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, aliado à preservação ambiental, questões sociais e desenvolvimento econômico.

Entretanto,

Vinte anos após a sua realização, novamente o Rio de Janeiro é cenário para o mesmo debate. No entanto, a situação mostra-se claramente mais grave, pois os bens naturais do planeta e algumas fontes vitais encontram-se reduzidas ou esgotadas. Há carência de área para plantar e colher, de água potável para consumo e para pesca, além de muitos problemas para alimentação do número recorde de sete bilhões de habitantes na Terra, alcançado em 2011. Especialmente na última década, o tema do aquecimento global e das alterações climáticas tem recebido algum destaque na sociedade, com participação maior dos cientistas e do jornalismo na divulgação destes temas. Há vários e incontáveis fatores que

demonstram que a crise ambiental é global e que o homem é o maior responsável pela poluição, pela devastação e pelo uso inadequado dos bens naturais (GIRARDI; MORAES; LOOSE, 2012, p.2).

Assim, em junho de 2012, foi realizada uma nova Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, dessa vez, intitulada Rio+20.

Dois anos precedentes à realização desta conferência, no ano de 2000, presidentes de 189 países, reuniram-se em um evento denominado Cúpula do Milênio, novamente promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o objetivo de enfrentar os principais problemas que afetam a sociedade no novo milênio, estabeleceram-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), visando o cumprimento de 8 objetivos, 22 metas e 48 indicadores, que deveriam ser atingidos até o ano de 2015. “Esses oito Objetivos foram o primeiro arcabouço global de políticas para o desenvolvimento e contribuíram para orientar a ação dos governos nos níveis internacional, nacional e local por 15 anos” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020), sendo este, o antecessor e motivador da agenda pós-2015, a atual Agenda 2030. Apesar dos grandes avanços alcançados a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como a diminuição da pobreza extrema, da subnutrição, de pessoas sem água potável, da taxa de mortalidade de menores de cinco anos, e ainda, do aumento da taxa de matrículas no ensino primário, ao atingir os 15 anos de validade, novas estratégias deveriam ser tomadas.

Nessa perspectiva, em 2015, um novo documento foi adotado como plano de ação para os próximos 15 anos, denominado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com novos objetivos, metas e indicadores de desempenho.

Durante as negociações da Agenda 2030, foram feitos esforços para evitar os erros estruturais contidos nos ODM e alcançar o que eles não fizeram. As delegações participantes das negociações salientaram a necessidade de uma abordagem mais holística, considerando todas as dimensões do desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômica. Os ODS também são compreensivos ao incluir questões relacionadas aos direitos humanos, tendo por base, por exemplo, a luta para acabar com a pobreza extrema e proporcionar a todas as pessoas o acesso à água potável e comida até 2030. (ANDRADE, 2017, p. 40).

Dessa forma, a projeção da Agenda 2030 foi realizada de maneira à evitar os erros passados, tornando os ODS mais integrados, coerentes e efetivos. Inicialmente, a transformação para a atual agenda ocorreu a partir dos processos de negociação, que diferentemente dos ODM, foram construídos em parceria com os Estados membros da ONU, durante três anos. Além disso, a formulação da nova agenda foi estruturada com a ambição de integrar as dimensões ambientais, sociais e econômicas de maneira equilibrada, reconhecendo-as como indispensáveis e indivisíveis, direcionada para todas as pessoas, em todo o mundo.

A agenda 2030, apresenta-se como o atual direcionamento rumo ao desenvolvimento sustentável, resultado combinado dos processos dos Objetivos do Milênio e da Rio+20, entretanto, para que seja efetiva, torna-se necessário uma ação conjunta entre os diversos setores da sociedade, além dos governos de cada país

1.3 INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS – UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, além do comprometimento político de cada governo, torna-se necessário um grande movimento de engajamento da sociedade civil, conscientizando e envolvendo toda a comunidade para o mesmo propósito, sendo assim, a educação não poderia manter-se afastada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas, sim, possui o dever de compor e impulsionar todos os outros objetivos da Agenda 2030.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) busca assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Composto por dez metas bem definidas, que visam contemplar todos os níveis de educação, baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, além disso, o empoderamento do indivíduo e a ampliação das oportunidades dos mais vulneráveis, tornam-se o centro deste ODS (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020).

Com a perspectiva de transformar o destino da humanidade, a educação possui a potencialidade de garantir o progresso de todos os outros objetivos, como a promoção dos direitos humanos, a redução de desigualdades, a manutenção do meio ambiente, respeito e equidade ao gênero e outros, isto é,

Esse entendimento vai no sentido de perceber que quando há fomento de educação de qualidade na sociedade as pessoas tendem a tomar outros rumos nas suas vidas. Elas são capazes de adentrar outras dimensões de desenvolvimento humano, atuar formalmente no mercado de trabalho, apropriar-se do produto advindo da fruição entre informação, conhecimento, cultura e educação, aprender ao longo da vida e romper com muitas das suas limitações na vida (CAMILLO, 2020, p. 85).

No entanto, o conceito de educação, essa que direciona-se ao desenvolvimento sustentável, deve ser refletido e questionado, visto que há um amplo entendimento e diversas dimensões do mesmo. A educação que apresenta-se neste ponto, uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) não contempla todas as vertentes da educação, dado que “nem todos os tipos de educação apoiam o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2017, p. 7), uma vez que, o ensino que promove uma formação de indivíduo consumista, individualista e negligente, reflete uma educação insustentável. Assim, uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é, indispensavelmente, uma educação voltada para a ação, para a responsabilidade social, para a transformação global, e para a cidadania.

É necessário ressaltar que o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) não se iguala ao conceito de Educação Ambiental (EA). Apesar da EDS contemplar parte dos conhecimentos de EA, a EDS é ainda mais ampla, enquanto a EA possui uma abordagem voltada à relação entre o homem e o meio natural, buscando a conservação e preservação dos recursos naturais, a EDS expande a compreensão de desenvolvimento sustentável para além da conversação do meio ambiente, considerando o âmbito econômico e social. Ainda assim, a EA não deve ser desconsiderada ou substituída pela EDS, dado que os dois conhecimentos se complementam (BRANCO; LINARD; SOUSA, 2011).

Além disso, a EDS não se aplica como um conteúdo ou matéria curricular, mas se manifesta de maneira transversal sobre o ensino, assim,

A EDS deve ser integrada em todos os programas de educação formal, incluindo os cuidados e educação na primeira infância e a educação primária e secundária, a educação e formação técnica e profissional e a educação superior. A EDS diz respeito ao cerne do ensino e da aprendizagem e não deve ser considerada como algo a ser adicionado ao currículo existente. A popularização da EDS exige a inclusão de temas de sustentabilidade nos currículos, mas

também de aprendizagem relacionados com a sustentabilidade (UNESCO, 2017, p. 48).

A EDS possui, então, o compromisso de desenvolver as potencialidades de cada indivíduo, de modo a repensar suas ações, seus impactos sociais, culturais econômicos e ambientais, visando o presente e o futuro, partindo da perspectiva local e global (UNESCO, 2017), agindo como um instrumento para a conscientização, impulsão e formação para o desenvolvimento sustentável e atuando sobre os campos: cognitivo, socioemocional e comportamental. E, da mesma forma em que os educandos necessitam de uma nova formação voltada para o desenvolvimento sustentável, os educadores devem ser capacitados para a mesma direção, dessa maneira, a estrutura de conteúdos para a formação docente deve acompanhar tal objetivo.

Concluindo, as instituições educativas possuem grande responsabilidade de formação neste processo, requerendo um novo olhar para a estrutura de seu currículo, cultura organizacional, espaço físico, gestão e relações comunitárias, integrando a sustentabilidade sobre todos os aspectos da instituição.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, determinou-se como metodologia a análise de conteúdo, dado que possui as características efetivas para substanciar os objetivos desta pesquisa, pois é através do estudo de outros pesquisadores que a análise de conteúdo se constitui, extraindo novas interpretações e significados, assim, pretende-se compreender o papel dos ODS para a construção de uma Cultura Sustentável e o potencial das instituições educativas frente à implementação e propagação da Agenda 2030

De acordo com o Silva, Gobbi e Simão (2005),

A proposta que acompanha a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma contribuição mais aprofundada da interpretação da realidade do grupo estudado (SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A., 2005, p. 76).

Assim, a análise de conteúdo possui o potencial de, através de certa fonte de dados, gerar interpretações, significados e novas hipóteses. Para a aplicabilidade da análise de conteúdo, foram estabelecidas cinco categorias, emergidas a partir da análise dos artigos selecionados, formulando um modelo aberto de categorias analíticas, ou seja, como afirma Silva, Gobbi e Simão (2005) um agrupamento de conteúdos definidos a partir do curso da análise.

Consequentemente, a pesquisa desenvolvida possui o caráter qualitativo, visto que, como declara Minayo (1993), “é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa”, isto é, ao utilizar o método qualitativo é considerado toda a sua complexidade de significados, de maneira que seus resultados não podem ser quantificados, mas sim, analisados e interpretados como forma de se chegar a um entendimento. Segundo a autora (2002),

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Dessa forma, abordagem qualitativa foi escolhida para este estudo, pois considera todos os processos e desenvolvimentos da pesquisa, não apenas os seus resultados, possibilitando diversas análises e interpretações dos temas tratados, assim será realizado uma pesquisa bibliográfica, ou seja, um “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos” (FONSECA, 2002, p. 32), com o objetivo de investigar a produção científica elaborada a partir dos estudos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Minayo (1993),

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volta com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO, 1993, p. 246).

Neste sentido, a educação e a Agenda 2030, não são temas dados ao acaso, e tampouco serão analisados de forma neutral, mas carregam a singularidade da pesquisadora que estabelece uma relação com o estudo durante todo o processo, conduzindo-o através de sua interpretação e percepção. Da mesma maneira, o encontro com a abordagem qualitativa também possui influência sobre as preferências e princípios da pesquisadora, assim como afirma Ludke e André (1986, p. 3) “os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa”.

Além de qualitativa, esta pesquisa também pode caracterizar-se como exploratória, visto que “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Dessa maneira, ao realizar a análise bibliográfica, foi possível desenvolver hipóteses e justificar uma perspectiva através de outros estudos anteriores, assim, explorando conteúdos, com a finalidade de alcançar uma nova dedução.

Para o desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica foram analisados artigos das plataformas: banco de dados bibliográficos SciELO e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portanto, a pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo e exploratório, e ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar a produção

científica a partir dos estudos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, relacionando os temas de forma a pensar as possibilidades e desafios para as instituições educativas.

Neste primeiro momento, para a realização das buscas, foram utilizados os termos: Agenda 2030; ODS; e Educação, considerando como critérios:

- Publicações entre 2015 e 2019;
- Artigos em português;
- Texto completo disponível;
- Versar sobre a temática dos ODS da Agenda 2030 nas instituições educativas;
- Ser um estudo da área da educação.

Ao final do processo de seleção, foram obtidos apenas 3 resultados que atendiam os objetivos desta pesquisa. A carência de resultados obtidos em ambas as plataformas, demonstra a escassa investigação sobre o tema, e consequentemente, ausência de compreensão da sociedade sobre a importância de uma educação para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a falta de estudos sobre o tema dificulta a formulação de hipóteses, ainda assim, como afirma Lima e Miotto (2007) quando uma pesquisa bibliográfica é bem feita, é capaz de gerar, mesmo em temas pouco explorados, hipóteses e interpretações que servirão de ponto de partida para futuras pesquisas.

Para tanto, considerando as duas plataformas distintas: Scientific Electronic Library Online (SciELO); e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a apresentação de resultados serão descritos de formas separadas. Optou-se por essa divisão devido a diferenciação de plataformas, e consequentemente, de métodos de levantamento, além de facilitar a visão geral dos resultados.

2.1 PORTAL DE PERIÓDICOS DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é, uma biblioteca digital que reúne estudos nacionais e internacionais com o objetivo de reduzir os desnivelamentos regionais ao acesso de informação científica. A escolha desta plataforma ocorreu devido a acessibilidade

no processo de busca, que através de diversos filtros, favorecem a análise de resultados. Para a busca no Portal de Periódicos da CAPES, foram utilizados os descritores “Agenda 2030”, “Educação” e “ODS”.

Ao realizar o levantamento, foram selecionados os artigos em língua portuguesa e publicados entre 2015 e 2019 no processo de filtragem, a busca ocorreu no dia 10 de Julho de 2020 e foram encontrados 35 resultados. Entretanto, envolvendo diversas temáticas distantes do esperado e relacionadas à outras áreas de conhecimento, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Temática dos artigos encontrados no Portal de Periódicos CAPES

TEMÁTICA DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES	
Temática	Qtd.
Os ODS da Agenda 2030 na Educação	2
Os ODS da Agenda 2030 na Administração	7
Os ODS da Agenda 2030 na Saúde	9
Educação Sustentável	4
Outros	13
Total	35

Fonte: Dados levantados pela aluna.

Sendo assim, um novo processo de filtragem foi realizado, descartando os artigos que não atendem os objetivos desta pesquisa, e consequentemente, não colaboram para a discussão do presente estudo. Dessa maneira, após a análise de todas as temáticas, apenas 2 artigos corresponderam ao propósito deste trabalho, possuindo como abordagem os ODS da Agenda 2030 na Educação.

Assim, apresenta-se informações referentes aos artigos selecionados:

Quadro 2 – Seleção de artigos para análise e uso do Portal de Periódicos CAPES

SELEÇÃO DE ARTIGOS PARA ANÁLISE E USO DO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES		
Título	Autor	Ano
A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou	Abdeljalil Akkari	2017

instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?		
O desenvolvimento sustentável na educação superior. Propostas biomiméticas e transdisciplinares.	Javier Collado Ruano	2017

Fonte: Dados levantados pela aluna.

2.2 SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)

Quanto à Scientific Electronic Library Online (SciElo) é, também, uma biblioteca digital com o objetivo de armazenar, disseminar e avaliar a produção científica em formato eletrônico. Tal plataforma foi definida devido à facilidade de acesso e proporção de dados de pesquisa, possibilitando uma busca acessível e eficiente, ainda assim, poucos foram os resultados obtidos a partir da busca, sendo apenas 5 artigos.

Nessa plataforma, foram utilizados os termos: “Agenda 2030” e “Educação” como palavras-chaves na busca de resultados, excluindo o termo “ODS”, que diferentemente da plataforma CAPES, necessitou de menos descritores para o encontro de conteúdos. O levantamento foi realizado no dia 10 de Julho de 2020 e foram obtidos 5 artigos, sendo eles, publicados em língua portuguesa, entre o ano de 2018 e 2019. Entretanto, ao analisar a temática das pesquisas, foram descartados 4 artigos que não atendiam aos critérios e objetivos estipulados, apresentando temáticas discrepantes e pouco relacionadas à educação. Assim, apenas 1 pesquisa da plataforma Scielo atendeu aos critérios e foi selecionada para o desenvolvimento deste estudo, do qual possui como temática os ODS da Agenda 2030 na Educação, como apresentado no seguinte quadro:

Quadro 3 – Temática dos artigos encontrados na Biblioteca Eletrônica SciElo

TEMÁTICA DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA SCIELO	
Temática	Qtd.
Os ODS da Agenda 2030 na Educação	1
Os ODS da Agenda 2030 na Biblioteca	1
Os ODS da Agenda 2030 na Saúde	1
Desenvolvimento Sustentável na Engenharia	1

Desenvolvimento Sustentável e Políticas públicas	1
Total	5

Fonte: Dados levantados pela aluna.

Assim, apresenta-se informações referentes ao artigo selecionado:

Quadro 4 – Seleção de artigos para análise e uso da Biblioteca Eletrônica SciELO

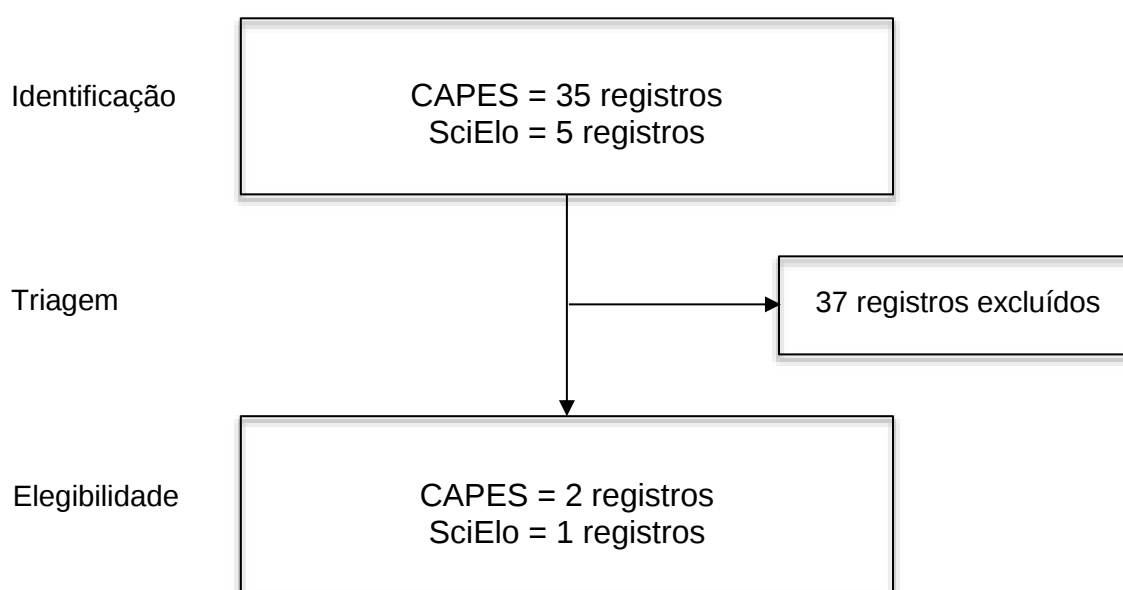
SELEÇÃO DE ARTIGOS PARA ANÁLISE E USO DA SCIELO		
Título	Autor	Ano
O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU	Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	2019

Fonte: Dados levantados pela aluna.

3. ANÁLISE DOS ARTIGOS E DISCUSSÃO

Após realização do levantamento de artigos em ambas as plataformas, desenvolveu-se a seleção de pesquisas a partir de uma nova análise caso a caso, considerando os critérios estipulados. Apesar do levantamento de estudos percorrer pelo processo de filtragem das próprias plataformas, tornou-se necessário averiguar, individualmente, se as pesquisas obtidas atendem a temática dos ODS da Agenda 2030 nas instituições educativas e se foram desenvolvidos na área da educação. Assim, foram descartados 37 artigos que não possuem os parâmetros estabelecidos para a realização desta pesquisa, resultando em apenas 3 estudos selecionados.

Figura 2 - Fluxo das fases de levantamento e seleção de estudos



Fonte: Dados levantados pela aluna.

A seguir, apresento os artigos selecionados para o estudo deste trabalho, obtidos através de levantamento bibliográfico pelas plataformas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciElo).

Quadro 5 – Tabela de identificação dos artigos selecionados.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS			
Nº DO ARTIGO	TÍTULO	AUTORES	ANO
1	A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?	Abdeljalil Akkari	2017
2	O desenvolvimento sustentável na educação superior. Propostas biomiméticas e transdisciplinares.	Javier Collado Ruano	2017
3	O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU	Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	2019

Fonte: Dados levantados pela aluna.

É importante salientar que, como exposto no resultado de levantamento de ambas as plataformas, há poucos estudos desenvolvidos sobre a temática dos ODS nas instituições educativas, a Agenda 2030 apresenta-se como pouco explorada na área da Educação, possuindo maior destaque na área da Saúde e Administração. Assim, evidencia-se a necessidade de maiores estudos sobre o tema no âmbito educacional para o progresso de estratégias, disseminação do conhecimento e efetivação da Agenda.

Os três artigos analisados possuem como temática os ODS da Agenda 2030 na educação, entretanto, cada estudo dedica-se a um campo específico do ensino, como exemplo, o artigo de Akkari (2017) direciona-se a uma análise das políticas nacionais para a concretização de uma Educação de Qualidade (ODS 4), por outro lado, Collado (2017) busca compreender sobre a Educação Superior no marco dos ODS, já para Pimentel (2019), seu estudo reflete sobre os desafios da educação e dos educadores com a Agenda 2030, no Brasil.

Dessa maneira, apesar de possuírem, em síntese, a mesma área de estudo, distanciam-se entre si ao focalizar em campos específicos do ensino. Assim, para uma melhor compreensão e correlação dos artigos, a discussão será apresentada através de categorias que emergiram após a análise das pesquisas. Tais categorias foram selecionadas devido ao objetivo geral deste estudo, que busca compreender o papel dos ODS para a construção de uma Cultura Sustentável e o potencial das instituições educativas frente à implementação e propagação da Agenda 2030. Assim, foram analisados e discutidos, de maneira singular e direcionada, pontos específicos da temática, que surgiram através da análise dos artigos selecionados e dos estudos teóricos realizados.

3.1 Categoria: Educação para o Desenvolvimento Sustentável

De acordo com o estudo apresentado pela autora do artigo 3, Pimentel (2019), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1992, como uma nova proposta educacional desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), visando uma mudança do modo de agir e pensar em todo o mundo. Assim, há tempos a UNESCO destaca a importância da EDS, nomeando, ainda, o período de 2005 a 2014 como a Década das Nações Unidas para a EDS, e surgindo novamente em 2015, como um plano de ação global na formulação da Agenda 2030.

Assim, a educação passa a receber reconhecimento e compromisso sobre o futuro sustentável da humanidade, redirecionando a sociedade através do ensino, dessa forma, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) não se apresenta como um conceito novo, mas, sim, uma concepção que ao passar dos anos é reacendida pelas projeções e documentos da Organização das Nações Unidas. Acentuando a importância e a responsabilidade da educação no processo de desenvolvimento sustentável, Pimentel (2019) afirma que:

Cabe aos sistemas de ensino corresponder às demandas específicas da sociedade contemporânea, contribuindo para as aprendizagens condizentes com os princípios da sustentabilidade, bem como, o desenvolvimento de habilidades e valores éticos nos indivíduos (PIMENTEL, 2019, p. 24).

Já o autor do artigo 1, Akkari (2017), destaca uma grande inovação da nova Agenda 2030, a Educação para a Cidadania Mundial (ECM), que em sintonia com a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), reforça a perspectiva de responsabilidade social, buscando em primeiro lugar o sentimento de pertencimento com a comunidade. Ao identificar na Agenda 2030, o autor expressa que a ECM e a EDS possuem o potencial de desenvolver “as competências, os valores e as atitudes que permitem aos cidadãos levar uma vida saudável e gratificante, para tomar decisões conscientes e enfrentar os desafios locais e globais” (AKKARI, 2017, p. 946), dessa maneira, a EDS e a ECM surgem como uma nova proposta para o ensino e uma nova concepção para a sociedade.

Similarmente, o autor do artigo 2, enfatiza que para que haja o desenvolvimento de aptidões que tornem possível o desenvolvimento sustentável, é necessária uma combinação de conhecimentos como a educação para o desenvolvimento sustentável, a educação em direitos humanos, a educação em igualdade de gênero, a educação em valores, a educação para a cidadania mundial, etc (COLLADO, 2017). Isto é, para uma mudança global rumo ao desenvolvimento sustentável, torna-se fundamental a capacitação de indivíduos conscientes e engajados em todos os âmbitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De maneira geral, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apesar de amplos, variados e numerosos, são resumidos na EDS e na ECM como uma visão global e cidadã para um futuro sustentável.

Diante das contribuições de cada autor, torna-se evidente a relevância de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável na formação de cidadãos conscientes e engajados para a transformação global, tão enfatizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante os anos. Entretanto, para Freitas (2005), além do reconhecimento da importância de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o autor ainda destaca a necessidade de medidas de implementação, financiamento, monitorização e avaliação, isto é, torna-se necessário um olhar prático e efetivo para a idealização e aplicação da EDS. Similarmente, Gomes (2012) reflete sobre a efetividade da EDS nas instituições educativas e afirma que,

A educação constitui a ferramenta indispensável para adotar os cidadãos dos instrumentos necessários para enfrentar os desafios do século XXI. Estes desafios colocam a escola perante a

necessidade de incorporar aprendizagens significativas no âmbito de um conjunto de valores indispensáveis ao desenvolvimento sustentável, o que implica, entre outros aspectos, o enriquecimento do currículo e o desenvolvimento de competências dos professores e de outros profissionais em matéria de EDS, bem como a reorganização da escola de forma a permitir a implementação da EDS. Para tudo isto, é imprescindível uma política educativa que faça o adequado enquadramento legal, que seja motivador e, de alguma forma, prescritivo (GOMES, 2012, p. 289).

Assim, para que haja a implementação de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, diversos ângulos devem ser analisados e repensados, mas, principalmente, as atuais políticas educacionais. Deve-se pensar na EDS de maneira realista, aplicável e estratégica, idealizando a efetivação de uma nova educação.

3.2 Categoria: Educação de Qualidade (ODS 4)

A Educação de Qualidade apresenta-se como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), composto por 10 metas que visam “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (PLATAFORMA 2030, 2015). Segundo o estudo do texto 1, a inclusão e a equidade são aspectos fundamentais da Agenda 2030, pois é através do combate à exclusão e a marginalização que todas as pessoas poderão unir-se em sentido a sustentabilidade, além disso, “a educação é essencial para a paz, tolerância e desenvolvimento individual, acesso ao emprego, à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento sustentável” (AKKARI, 2017, p. 943).

Observa-se, então, a relevância da educação para o alcance dos diversos ODS, que reflete a afirmação da UNESCO (2017) de que:

A educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS. Não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento sustentável, mas também um fator fundamental para a sua consecução. É por isso que a educação representa uma estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS (UNESCO, 2017, p. 1).

Neste objetivo, além da capacitação de indivíduos voltados para o desenvolvimento sustentável, há a perspectiva de aumentar o número de

professores qualificados, ampliar o número de bolsas de estudo, construir e melhorar as estruturas físicas para a educação, garantir a alfabetização e o conhecimento básico da matemática, eliminar as disparidades de gênero e garantir a igualdade de acesso, aumentar o número de pessoas com competências técnicas e profissionais, e ainda, assegurar uma educação de qualidade no ensino básico (PLATAFORMA 2030, 2020). Ademais, o conceito de Educação de Qualidade (ODS 4) parece ir além da aquisição de habilidades básicas como leitura, escrita e cálculo, englobando habilidades analíticas de resolução de problemas e habilidades cognitivas interpessoais e sociais, além da criatividade (AKKARI, 2017), assim, a ODS 4 torna-se responsável pela formação do indivíduo e, consequentemente, pela transformação social. É através do ODS 4 que, os principais problemas educacionais atuais, serão repensados e convertidos em estratégias para a efetivação da igualdade, equidade e qualidade de ensino.

Sobre isso, Akkari (2017), reconhece que para alcançar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade,

Isso requer o fortalecimento dos recursos, dos processos e da avaliação dos resultados, bem como da implantação de mecanismos para medir o progresso. Professores e educadores precisam ter autonomia para agir, ser recrutado adequadamente, receber formação e qualificações profissionais satisfatórias. Os sistemas de educação precisam ser geridos de forma eficaz e eficiente, e dotados de recursos suficientes (AKKARI, 2017, p. 945).

Assim, como destacado na categoria anterior, além do objetivo final, torna-se necessário idealizar o processo de ação para a efetivação das metas estipuladas, para isso, compete aos órgãos nacionais a formulação de novas estratégias para que o âmbito educacional se desenvolva rumo à Educação de Qualidade (ODS 4). Entretanto, como afirma Saviani (2010), para que seja possível uma educação para a autonomia, justa e equitativa, primordialmente há a necessidade de uma reforma cultural da sociedade, pois a classe da elite “ao mesmo tempo em que exige a universalização da forma escolar de educação, não a pode realizar plenamente porque isso implicaria a sua própria superação” (SAVIANI, 2010, p. 26), isto é, enquanto a educação servir aos interesses capitalistas, não haverá a possibilidade de alcançar o ODS 4.

3.3 Categoria: Educação para uma Cultura de Paz

A Educação para uma Cultura de Paz, como exposto pela autora 3 e pelo autor 2, compõe o quadro de metas da Educação de Qualidade (ODS 4) como um fator importante e indispensável para o processo de Desenvolvimento Sustentável. A Meta 4.7 (ONU), busca garantir, uma educação sustentável pautada na promoção de uma cultura de paz e não violência, nos direitos humanos, na valorização cultural, na igualdade de gênero e na cidadania global (PLATAFORMA 2030, 2020).

Constantemente a Organização das Nações Unidas (ONU) reforça e defende a promoção de uma cultura de paz nas instituições educativas, na Assembleia Geral da ONU em 1999, foi aprovada a Resolução nº 53/243, referente à Declaração sobre uma Cultura de Paz, nessa ocasião tornou-se evidente a preocupação social com a violência nas diversas partes do mundo, assim, “tal Declaração foi solenemente proclamada com o objetivo de que os Governos, as organizações internacionais e a sociedade civil pudessem orientar suas atividades por suas disposições, a fim de promover e fortalecer uma cultura de paz no novo milênio” (DUSI, M. L. H. M., 2006, p.136). Novamente, é possível observar a aspiração da ONU em promover a paz, não somente como meta da Educação de Qualidade (ODS 4), mas também, como um objetivo em si.

Em Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), o objetivo geral das Nações Unidas é de “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (PLATAFORMA 2030, 2020). Entretanto, para alcançar tal objetivo, torna-se necessário o progresso de outros, como a Erradicação da Pobreza (ODS 1), a Boa Saúde e Bem-estar (ODS 3) e, principalmente, a Educação de Qualidade (ODS 4), para a promoção de uma Cultura da Paz.

Para Dusi (2006), as instituições educativas possuem um papel fundamental para a construção da paz, a escola enquanto instituição formativa, influencia, engaja e transforma a sociedade, e é a ela que compete a tarefa da promoção da paz.

O contexto escolar, enquanto espaço de manifestação e vivência a realidade subjetiva do sujeito, a despeito do reconhecimento e da relevância dos demais campos nos quais esse se insere, apresenta-se como *locus* privilegiado de observação e intervenção frente a

esta realidade. Espaço de formação e aprendizagem, a instituição educativa envolve uma ação para além do aspecto cognitivo ou da prática curricular, constituindo um campo de interações sociais, crescimento integral e construção cultural (DUSI, 2006, p. 137).

Sendo assim, o destino da sociedade poderá se aproximar ou distanciar dos preceitos de paz de acordo com os caminhos trilhados culturalmente, e a educação torna-se uma poderosa ferramenta de transformação, movimentando os diversos atores sociais para agir de forma reflexiva, solidária, consciente e em comunidade. Mas, para que seja possível uma nova educação que tenha como princípio a paz, torna-se necessário repensar, assim como exposto na categoria 2, as relações sociais de classe e hierarquia, para Milani e Jesus (2003), educar para a paz é o mesmo que “trabalhar por instituições e relações que atendam ao interesse de todos os povos, sem sacrificar o bem-estar de algum povo pelo bem-estar e prosperidade de outro” (MILANI; JESUS, 2003, p. 69), assim, educar para a paz requer o enfrentamento da organização capitalista da sociedade, com posição democrática, livres de uma educação dogmática e condicionante.

3.4 Categoria: O contexto educacional brasileiro

O Brasil, assim como os diversos países parceiros nesse processo, tornou-se responsável por produzir, participar e engajar os ODS em âmbito nacional, assumindo um importante papel, como modelo de estudo para a efetivação dos objetivos globais. De acordo com o autor do texto 1, a sociedade brasileira passa a ser observada na condução da Agenda 2030 como um estudo de caso, principalmente, no âmbito educacional. Tal destaque advém,

Primeiramente, por sua dimensão continental, sua diversidade cultural e suas desigualdades estruturais, o país é um *mundo em miniatura* em que se pode observar os desafios educacionais mundiais. Além disso, desde o fim da ditadura militar, o Brasil está inserido na globalização econômica e se abriu a empréstimos e influências externas, incluindo seu sistema de ensino (AKKARI, 2017, p. 950).

Entretanto, o autor ressalva que apesar da melhora em termos de acesso e permanência na escola, o Brasil ainda não tem promovido de maneira duradoura

um ensino inclusivo e equitativo, assim, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que apontem para o cumprimento de todas as metas estipuladas na Agenda 2030.

Como exposto pela autora do texto 3, no contexto educacional brasileiro os instrumentos de sustentação dos ODS são o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através deles cada Estado e Município torna-se responsável por elaborar seus respectivos Planos Estaduais de Educação (PEE), sendo monitorados pelo Ministério da Educação (MEC). De acordo com a autora, ao analisar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se dizer que houve um grande avanço em relação ao acesso à educação, aumentando a taxa de atendimento escolar de 61,9% em 1980 para 96,4% no ano de 2017, entretanto, ao observar os aprendizados adequados para os alunos do 9º ano do ensino fundamental, somente 21,5% atingiram o conhecimento básico de matemática, e apenas 39,5% em língua portuguesa, uma porcentagem excessivamente baixa. Além do ensino fundamental, no ensino médio, 41,0% dos jovens não conseguiram terminar a última etapa da educação básica. Na educação profissional, há apenas 19,0% dos alunos do ensino médio. E na educação superior, somente 15,5% da população brasileira possui diploma de nível superior (PIMENTEL, 2019).

Nessa perspectiva, observa-se que apesar dos avanços sobre o acesso à educação básica, há um grande déficit na qualidade do ensino nesta mesma etapa, além disso, a educação profissionalizante e profissional apresenta-se distante e exclusiva para uma pequena porcentagem de estudantes. Sobre isso, a autora afirma que,

É necessário entender que educação é um direito humano e as políticas educacionais de cada país devem levar em conta que, além de assegurar o acesso, precisa garantir espaços de aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, alicerçadas nos princípios da equidade e da inclusão (PIMENTEL, 2019, p. 28).

É possível compreender, a partir das contribuições de Akkari (2017) e Pimentel (2019), que apesar do contexto educacional brasileiro apresentar avanços sobre o acesso à educação básica, sendo essa, uma das metas da Educação de Qualidade (ODS 4), outros aspectos como, a qualidade do ensino, a evasão escolar

e as oportunidades de acesso à educação profissional e superior, ainda mantêm-se longes do estimado pela Agenda 2030, sendo assim, torna-se necessário a produção e manutenção de políticas públicas, bem como, de indicadores de desempenho para o acompanhamento e cumprimento de todas as metas.

Analizando o progresso do Brasil frente ao ODS 4, Matijascic e Rolon (2019) afirmam, assim como os autores do texto 1 e 3, que o acesso ao ensino fundamental e médio não são mais um problema para o Brasil, visto que 98% das crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos de idade estão matriculadas na escola, entretanto, o grande desafio no momento é a qualidade e a equidade no sistema escolar, assim, os autores (2019) sugerem como alternativa a oferta de ensino em período integral, de forma a suprir as dificuldades de aprendizagem, além de incentivo a formação de professores, manutenção de instalações e recursos pedagógicos. Dessa forma, a atenção para o progresso educacional brasileiro deve voltar-se para a qualidade e equidade de ensino, formulando novas estratégias para uma mudança imediata e eficaz.

3.5 Categoria: Desafios e possibilidades para as instituições educativas

A idealização de uma sociedade sustentável é baseada no potencial de suprir todas as necessidades presentes, de consumo e crescimento, sem prejudicar as gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), tal projeção de desenvolvimento é, claramente, um desafio complexo para a geração atual, visto que o cenário mundial parece caminhar em sentido contrário ao desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, as instituições educativas integram-se a corrida rumo à sustentabilidade com a responsabilidade de conduzir todos os âmbitos da Agenda 2030, um compromisso desafiador que demonstra a importância e o potencial da educação para a mudança global.

Parte dos desafios enfrentados pelas instituições educativas, como exposto no estudo do texto 3, encontram-se nas políticas educacionais, segundo Pimentel (2019 *apud* JACOB, 1999) para a consecução dos objetivos de aprendizagem, torna-se fundamental o estabelecimento de políticas de desenvolvimento social que busquem a efetivação dos objetivos e metas estipuladas, parte dos programas e

medidas atuais não contemplam as necessidades e perspectivas da Agenda, “estas medidas paliativas não asseguram uma efetividade do conhecimento, muito menos, uma educação emancipatória e solidária, ancorada na construção dos cidadãos da sustentabilidade” (PIMENTEL, 2019, p.31). Da mesma forma, torna-se imprescindível a construção de indicadores de monitoramento para o acompanhamento das instituições educativas frente às metas do ODS 4.

Além das políticas educacionais e dos indicadores de monitoramento, o autor 1 considera a possibilidade de uma reforma estrutural nas instituições de ensino,

A reforma estrutural se refere às estruturas reais dispensadas à educação (infraestrutura, formação, gestão...), mas também às estruturas mentais e representações sociais: como a educação pública é pensada pela opinião pública? Como a educação pública é pensada pelos governantes? Duas crianças, um pobre e um rico, têm uma chance de se encontrarem na mesma aula com o mesmo professor durante sua trajetória escolar? (AKKARI, 2017, p. 952).

Dessa forma, o autor destaca as desigualdades sociais presentes nas instituições, e conseqüentemente, questiona sua qualidade de ensino. No Brasil, por exemplo, os testes de qualidade de ensino são realizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo Programa Internacional de Avaliação de alunos (PISA) e outros vestibulares. No entanto, tais testes apresentam-se como exames pontuais e padronizados, que dificultam uma análise realista da educação, além disso, “os testes padronizados são um mercado que enriquece algumas empresas redes de ensino privado” (AKKARI, 2017, p. 952), dessa forma, o conceito de qualidade de ensino é estabelecida a partir dos exames e testes nacionais que, de maneira monopolizada, decretam a qualidade de ensino brasileira, e ainda, beneficiam parte do mercado privado.

Apesar dos diversos desafios enfrentados pelas instituições de ensino, a Agenda 2030 se manifesta como um novo movimento de orientação e engajamento para o âmbito educacional, que deverá direcionar as instituições educativas, criando novas oportunidades e olhares para a educação em prol do desenvolvimento sustentável. Será através do movimento educacional que o mundo deverá repensar e transformar seu espaço e suas ações, atingindo, não apenas uma Educação de Qualidade (ODS 4), mas também todos os outros ODS.

As instituições educativas possuem um papel fundamental na influência social, de acordo com Loureiro (2004), a educação é uma práxis social transformadora, que reproduz, mas também transforma ações sociais.

A educação se concretiza pela ação em pensamento e prática, pela práxis, em interação com o outro no mundo. Trata-se de uma dinâmica que envolve a produção e reprodução das relações sociais, reflexão e posicionamento ético na significação política democrática dos códigos morais de convivência. Educar é ação conservadora ou emancipatória (superadora das formas alienadas de existência); pode apenas reproduzir ou também transformar-nos como seres pelas relações no mundo, redefinido o modo como nos organizamos em sociedade, como gerimos seus instrumentos e como damos sentido à nossa vida (LOUREIRO, 2004, p. 77).

Nesse sentido, evidencia-se o poder formativo e revolucionário das instituições educativas como engajadoras do Desenvolvimento Sustentável, porém para que assuma ações conscientes e efetivas, inicialmente, a escola deve reformular seu Projeto Político Pedagógico (PPP) visto que, como afirma Veiga (2000),

O Projeto Político Pedagógico é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias e alternativas, desenvolver o sentimento de pertencimento, fortalecer a construção de uma coerência comum que é indispensável para que a ação coletiva produza seus efeitos (Veiga, 2000, p. 276).

Desse modo, para que todos da comunidade escolar estejam em sintonia com os princípios de Educação de Qualidade vinculada ao Desenvolvimento Sustentável, torna-se necessário a elaboração de um PPP que envolva os diferentes atores sociais, os conhecimentos para o Desenvolvimento Sustentável, e ainda, um intuito emancipatório, isto é, como defende Veiga (2003) deve ser formulado democraticamente e responsabilizar toda a comunidade escolar na produção, acompanhamento e decisões para a instituição, assim, o PPP transforma-se em um meio para o trabalho colaborativo com os objetivos comuns. Entretanto, para que seja possível um projeto político pedagógico emancipatório, tal transformação “exige rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições educativas” (Veiga, 2003, p. 279), visto que,

A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto, de resistência e proposições de inovações. A inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, ela procura romper com a clássica cisão entre concepção e execução, uma divisão própria da organização do trabalho fragmentado (Veiga, 2003, p. 277).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o progresso dos estudos sobre a Agenda 2030 e dos ODS na Educação, sistematizando a produção científica sobre o tema. Assim, através do levantamento bibliográfico realizado pelas plataformas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e banco de dados bibliográficos SciElo, foi possível evidenciar a escassez de estudos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 nas Instituições educativas, que através dos rasos resultados de pesquisa, refletem a falta de compreensão da sociedade sobre a temática.

Além disso, apesar dos estudos demonstrarem a importância da educação para o engajamento e alcance de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ainda assim, as pesquisas no âmbito da educação apresentam pouco destaque no relacionamento com o Desenvolvimento Sustentável, possuindo maior progresso na área da Saúde e da Administração.

Acerca das categorias obtidas através da análise dos artigos, na categoria 1, sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, foi possível compreender a relevância e a concepção de cada autor, evidenciando a necessidade de um novo caminho global rumo à sustentabilidade e, principalmente, a urgência de uma nova formação consciente e engajadora voltada para a efetivação da Agenda 2030. Entretanto, além do reconhecimento acerca da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, há a necessidade de medidas de implementação, financiamento, monitorização e avaliação para todas as ações desenvolvidas, assim, será possível analisar o progresso e traçar novas estratégias em prol das metas.

Já na categoria 2, sobre a Educação de Qualidade (ODS 4), foi discutido o conceito e significado da ODS 4, como um objetivo em prol de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade. A contribuição dos autores sugere que a Educação de Qualidade (ODS 4) possui o potencial formador e transformador do indivíduo, capacitando além das habilidades básicas como leitura, escrita e cálculos, dotando os alunos de consciência e habilidades sustentáveis, para a resolução de problemas e mudança social, mas para que, de fato, a sociedade alcance uma educação justa e equitativa, é necessário uma superação cultural da classe capitalista, pois enquanto os interesses da elite conduzirem a educação, não será possível atingir o ODS 4.

Considerando a categoria 3, é possível compreender a importância da Educação para a Paz como meta para o ODS 4, sendo essa, responsável pela “promoção de uma cultura de paz e não violência, nos direitos humanos, na valorização cultural, na igualdade de gênero e na cidadania global” (PLATAFORMA 2030, 2020), é através de uma educação pautada na paz que será possível atingir o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes, mas também os outros ODS, como o ODS 5 – Igualdade de Gênero e 10 – Redução das Desigualdades, porém, similarmente a categoria 2, educar para a paz requer o enfrentamento da sociedade capitalista, para uma instituição democrática, livre de uma educação dogmática e condicionante.

Na categoria 4, sobre o contexto educacional brasileiro, é possível analisar a posição do Brasil frente aos desafios educacionais apresentados na Agenda 2030. Apesar do contexto nacional indicar um grande avanço sobre o acesso à educação básica, em contrapartida, a qualidade de ensino, a evasão escolar e as oportunidades de acesso à educação profissional e superior encontram-se em extremo déficit de desempenho, sendo assim, os estudos afirmam a necessidade de direcionar as novas estratégias educacionais para a qualidade do ensino, além de, semelhantemente a categoria 1, destacar a importância de políticas públicas e indicadores de desempenho para o acompanhamento e cumprimento de todas as metas.

Com a categoria 5, sobre os desafios e possibilidades para as instituições educativas, os autores levantam questões como as políticas educacionais; a desigualdade social; e o sistema de avaliação da qualidade de ensino, sendo esses, alguns dos enfrentamentos para as instituições educativas. Ao mesmo tempo, reafirma o potencial transformador que a educação possui, sendo ela, a responsável pela mudança social e engajamento de todos os objetivos da Agenda 2030. Mas, para que seja possível a idealização de novas instituições educativas, é necessário a formulação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que tenha como princípio a sustentabilidade.

Tendo em vista os aspectos analisados, é possível concluir que a educação possui grande relevância e potencial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, é através das instituições educativas que a sociedade será conscientizada, engajada e movimentada para um novo mundo sustentável, ainda assim, é necessário aumentar o progresso de estudos e a

compreensão sobre a Educação para a Sustentabilidade para uma efetiva transformação social, capaz de alcançar todas as pessoas em todas as partes do mundo. Ademais, como defendido pelos diversos autores que serviram de fundamento neste estudo, torna-se necessário a idealização de ações efetivas de implementação. Em perspectiva local, a escola deve assumir tal responsabilidade, inicialmente, formulando seu Projeto Político Pedagógico (PPP), contendo como princípios a sustentabilidade e, principalmente, uma formação inclusiva e equitativa de qualidade com intuito emancipatório.

Nesse sentido, uma alternativa estratégica para a formulação deste PPP é, primordialmente, incentivar e desenvolver ações de informação e formação para a sustentabilidade na comunidade escolar, investindo na promoção de conhecimentos sobre gestão ambiental, ações ecológicas e educação para o desenvolvimento sustentável. É fundamental desenvolver um panorama da comunidade escolar, como forma de compreender a realidade dos alunos e responsáveis locais, através das estatísticas socioeconômicas, da qualidade de vida e ideais familiares é possível traçar as melhores estratégias e ações escolares, objetivando o acesso de todas as crianças ao ensino, um desenvolvimento de qualidade, a eliminação de disparidades de gênero, aumentando os recursos pedagógicos e garantindo instalações apropriadas para os alunos deficientes. Os princípios norteadores da escola devem contemplar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, formando cidadãos conscientes e engajados nos princípios de sustentabilidade. Os dados de aprendizagem devem ser constantemente avaliados e considerados para o progresso dos planos de ação, e este, deve direcionar-se as necessidades do local.

A prática pedagógica deve direcionar-se a qualidade de ensino, promovendo e incentivando constantemente a capacitação dos docentes, preparando-os para um ensino democrático e consciente, garantindo a inclusão de alunos deficientes, a promoção da igualdade de gênero e produzindo uma cultura de paz. Os recursos devem ser planejados para atender à necessidade dos alunos, priorizando os alunos com deficiência, todos da comunidade escolar devem assumir tal responsabilidade para garantir a possibilidade de aprendizagem. O ambiente escolar deve promover espaços de diálogo, segurança, aprendizagem, equidade e respeito entre todos, assim, deve-se considerar a acessibilidade para os deficientes, espaços de aprendizagem como bibliotecas, quadras, laboratórios e outros, e ainda,

ambientes que promovam a harmonia, democracia e comunicação, como salas de reunião, parques, pomar e outros.

Por fim, a idealização de uma transformação global rumo ao desenvolvimento sustentável pode surpreender e, até mesmo, espantar parte da sociedade, visto que para a efetivação de uma cultura sustentável, torna-se necessário um amplo movimento universal, entretanto, apesar do desafio, de fato, ser grande, é através da ação individual e em comunidade que será possível o início de um novo movimento social, como apresentado no Slogan da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento “pense globalmente, aja localmente”, a perspectiva mundial será o motivador da ação local, e a ação local poderá transformar mundialmente o destino da sociedade.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. A AGENDA INTERNACIONAL PARA EDUCAÇÃO 2030: CONSENSO “FRÁGIL” OU INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO DOS ATORES DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI?. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 17, n. 53, p. 937-958, ago. 2017.

ANDRADE, Jade Alves Souza de. **Avaliação e acompanhamento no nível global da implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental) – Núcleo de Pesquisas e Pós-Graduação em Recursos Hídricos, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

ANTUNES, Ângela. **Leitura do mundo no contexto da planetarização**: por uma pedagogia da sustentabilidade. Tese de Doutorado, São Paulo: Feusp, 2002.

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LINARD, Zoraia Úrsula Silva de Alencar; SOUSA, Ana Carolina Braga de. **Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. *Conex. Ci. e Tecnol.* v. 5, n. 1, p. 25-31, Fortaleza/CE, 2011.

CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. Marília: UNESP, 2020.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento sustentável**: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 8, n. 13, pág. 99-106, set. 2006.

COLLADO-RUANO, Javier. O desenvolvimento sustentável na educação superior. Propostas biomiméticas e transdisciplinares. **Revista Iberoamericana de Educación**. 73. 203-224, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DUSI, Miriam Lúcia Herrera Masotti. **A construção da cultura de paz no contexto da instituição escolar**. 2006. 183 f. Dissertação-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, M. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável: sugestões para a sua implementação no âmbito da Década das Nações Unidas**, in *Actas*

Electrónicas do VIII Congresso Galaico-Português de PsicoPedagogia, pp. 1473-1488, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloísa Beling. **Bases do Jornalismo Ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20**. Razon y Palabra, n. 79, mai./jul. 2012.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jul. 1995.

GOMES MAC. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável no contexto da década: discursos e práticas no ensino básico**. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2012.

IGNACY, Sachs. **Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil**. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental transformadora**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

Lüdke, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga. Lüdke, Marli E.D.A. André. — São Paulo: EPU, 1986.

MATIJASCIC, M.; ROLON, C. E. K. **Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos: o que mostra o retrato do Brasil?** Ipea, 2019

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, 2004.

MILANI, Feizi M & JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (organizadores). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. *Textos de Economia*, vol.4, n.1, Florianópolis, 1993, p.131-142.

PIMENTEL, G. S. R. O BRASIL E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DOS EDUCADORES NA AGENDA 2030 DA ONU. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 22 - 33, dez. 2019.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em 30 de abr. de 2020.

RUEDIGER, Marco Aurelio; JANNUZZI, Paulo de Martino (Coord.). **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: dos mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multisectorial e integrada de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, D. **O paradoxo da educação escolar: análise crítica das expectativas contraditórias depositadas na escola**. Caderno de pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 13-28, 2010.

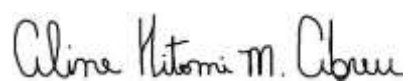
SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Organ. Rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

STOFFEL, Jaime Antonio. COLOGNESE, Silvio Antônio. **O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional**. Rev. FAE, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 18 -37, jul./dez. 2015.

UNESCO. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivos de aprendizagem**. Brasília: Unesco, 2017.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma relação regulatória ou emancipatória. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.



Graduanda

Aline Hitomi Marcondes de Abreu



Orientadora

Maria Antonia de Azevedo



Co-orientador

Ricardo Abdalla Barros